STJ00082574

SUMÁRIO

AP)	RESEN	NTAÇÃO	À 4.ª EDIÇÃO	7				
API	RESEN	NTAÇÃO	À 3.ª EDIÇÃO	9				
PRI	EFÁCI	O À 1.ª I	EDIÇÃO – José Carlos Barbosa Moreira	11				
ABI	REVIA	TURAS.		19				
1.	A IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS							
2.	CONCEITO DE RECURSO							
3.	A IM	A IMPORTÂNCIA CONSTITUCIONAL DOS RECURSOS						
4.	CLAS	SSIFICA	(ÃO DOS RECURSOS	38				
	4.1	Recurs	os ordinários e extraordinários	38				
	4.2		os de fundamentação livre e fundamentação vinculada	40				
5.	PRO	NUNCIA	MENTOS JUDICIAIS SUJEITOS A RECURSO	45				
	5.1	Senten	ça	46				
	5.2	Decisão	o interlocutória	50				
	5.3		hos	53				
	5.4		ão entre sentença e decisão interlocutória	56				
	5.5		ão entre decisão interlocutória e despachos	57				
	5.6		nciamentos proferidos nos tribunais	59				
6.	JUÍZ	O DE AD	OMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS	62				
	6.1	Juízo d	e admissibilidade	63				
		6.1.1	Conteúdo	63				
		6.1.2	Competência	66				
		6.1.3	Natureza da decisão	70				
	6.2	Juízo d	e mérito	74				
		6.2.1	Conteúdo	74				
		6.2.2	Competência	77				
		6.2.3	Função substitutiva e função rescindente dos recursos (a au-					
			sência de correspondência com os vícios da decisão)	79				
	6.3	Os juízos de admissibilidade e de mérito nos recursos de fundamenta-						
_		ção vin	culada	83				
100	4							



7.	O JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS				88			
8.			ÕES DA AÇÃO E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS EM RSAL					
9.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE							
	9.1	Çlassifi	cação			98		
	9.2	Requisitos intrínsecos						
		9.2.1	Cabimen	lo		100		
		9.2.2	Legitimidade para recorrer			102		
			9.2.2.1	O conceito	de parte recursal	104		
			9.2.2.2	O terceiro p	rejudicado	108		
			9.2.2.3		o Público	114		
			9.2.2.4		la justiça	116		
			9.2.2.5			117		
		9.2.3	Interesse em recorrer 1					
			9.2.3.1	O critério d	a sucumbência formal	123		
			9.2.3.2		a sucumbência material	125		
			9.2.3.3	A regra da in	npossibilidade de recorrer dos funda- lecisão	128		
			9.2.3.4	A incompat	ibilidade lógica como fator excludente em recorrer	133		
		9.2.4	A inexistê		impeditivos ou extintivos do poder de			
						137		
			9.2.4.1	Renúncia		138		
			9.2.4.2	Aquiescênc	ia	141		
			9.2.4.3	Desistência		143		
	9.3	Requisi	tos extríns	ecos	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	146		
		9.3.1	Tempestividade					
			9.3.1.1	A fluência d	o prazo recursal	147		
					O recurso interposto antes da intimação	153		
			9.3.1.2	A interrupç	ão do prazo recursal	156		
				9.3.1.2.1	Os embargos de declaração	158		
			9.3.1.3		o do prazo recursal	165		
			9.3.1.4	A justa caus para a inter	a (justo impedimento) como motivo posição do recurso após esgotado o	168		
			9.3.1.5	A irrelevânc	ia da vontade das partes para suspender per o prazo recursal	170		



			9.3.1.6	O prazo em	dobro para recorrer	171	
		9.3.2	Regulario	lade formal		175	
			9.3.2.1	A interposi	ção dos recursos	178	
			9.3.2.2	A motivação	o como traço fundamental dos recursos	182	
			9.3.2.3	Impossibili	idade de complementação das razões		
				recursais		186	
		9.3.3	Preparo			188	
			9.3.3.1	O momento	o de seu recolhimento	189	
			9.3.3.2		er recolhido e a possibilidade de com- to (art. 511, § 2.º do CPC)	193	
			9.3.3.3	A justa caus	sa e a relevação da pena de deserção	196	
0.	PRIN	CÍPIOS				199	
	10.1	Noções	gerais			199	
	10.2	Os prin	cípios recu	ırsais		201	
		10.2.1	Princípio	da voluntari	edade	205	
		10.2.2	Princípio	da dialeticid	ade	206	
		10.2.3	Princípio	da singulari	dade	207	
	10.3	Princíp	io do dupl	o grau de jur	isdição	211	
	10.4	Princíp	io da taxat	ividade		215	
		10.4.1	O agravo	regimental		217	
			10.4.1.1	O agravo re	gimental como recurso	219	
			10.4.1.2	A (in)const	itucionalidade do agravo regimental	222	
		10.4.2			ormar ou anular as decisões judiciais e figuras afins)	224	
			10.4.2.1		necessária (art. 475, <i>caput</i> , do CPC)	225	
			10.4.2.2		reconsideração	227	
						229	
				-	parcial		
			10.4.2.4		e segurança contra ato judicial	231	
					cial nos Juizados Especiais	236	
					Mandado de segurança contra ato judicial impetrado por terceiro prejudicado (Súmula 202 do Superior Tribunal de		
					Justiça)	240	
	10.5	-	-			244	
		10.5.1 A proibição da reformatio in pejus					
		10.5.2			tio in pejus e a remessa necessária (art.	248	
	10.6	Princíp	-			249	
		1					



		10.6.1	. 3		ormatio in pejus e o princípio inquisitó-	251			
	10.7								
	10.8	Princípio da fungibilidade							
		10.8.1	O sistema	a recursal do	Código de Processo Civil de 1939	253 254			
		10.8.2	O sistema	ı atual		255			
		10.8.3			grosseiro ou ocorrência de dúvida obspara a incidência do princípio	258			
		10.8.4			osição do recurso e o princípio da fun-	26]			
		10.8.5			ecurso quando aplicada a fungibilidade	265			
11.	EFEITOS DOS RECURSOS								
	11.1	Noções	prelimina	res		268			
	11.2	Uma consideração à visão clássica dos efeitos recursais e a decisão							
					efeitos devolutivo, suspensivo e obs-	_			
		tativo)							
	11.3	Outros possíveis "efeitos" dos recursos (translativo, expansivo, substitutivo, regressivo e diferido)							
						273 275			
	11.4		11.3.1 Especificamente o "efeito" translativo						
	11.5	Os eleitos e o sistema recursal Efeito devolutivo							
	11.7	11.5.1 A extensão e a profundidade do efeito devolutivo							
		11.5.1	11.5.1.1	-	do efeito devolutivo	286 287			
			11.5.1.1		Especificamente sobre o § 3.º do art.	201			
				11.7.1.1.1	515 do CPC	288			
			11.5.1.2	A profundi	dade do efeito devolutivo	291			
				11.5.1.2.1	Nulidades processuais "sanáveis"	296			
		11.5.2	A extensã	o subjetiva d	o efeito devolutivo (art. 509 do CPC)	302			
		11.5.3	Os fatos r	iovos na seai	ra recursal	305			
		11.5.4	A produç	ão de provas	perante o tribunal	307			
		11.5.5	O eleito d	evolutivo e	os recursos ordinários	309			
		11.5.6	O eleito d	evolutivo e	os recursos extraordinários	311			
	11.6	Efeito suspensivo							
		11.6.1	Os critéri	os ope legis e	ope judicis do efeito suspensivo	312			
			11.6.1.1	A concessã	o <i>ex officio</i> do efeito suspensivo	315			
		11.6.2	Os recurs	os em espéc	ie	317			
				=		317			
						318			



			11.6.2.3	Embargos infringentes	319	
			11.6.2.4	Embargos de declaração	320	
			11.6.2.5	Recursos extraordinário e especial	323	
			11.6.2.6	Recurso ordinário constitucional	324	
			11.6.2.7	Embargos de divergência em recurso extraordinário e em recurso especial	327	
		11.6.3	A correlaç	ção entre o efeito suspensivo e o efeito devolutivo	328	
			11.6.3.1	A impugnação parcial e a eficácia da decisão recorrida	330	
		11.6.4	Mecanism	nos para a obtenção do efeito suspensivo	332	
			11.6.4.1	A medida cautelar inominada para conceder efeito suspensivo	333	
			11.6.4.2	Mandado de segurança com a finalidade de atribuir efeito suspensivo ao recurso	338	
			11.6.4.3	Agravo de instrumento para imprimir efeito sus-		
			22.0.1.5	pensivo	340	
12.	RECURSO ADESIVO					
	12.1	Noções	prelimina	res	344	
		12.1.1	Do institu	ito no direito comparado	346	
	12.2	Natureza jurídica				
	12.3	A impo	rtância do	recurso adesivo para o sistema	350	
	12.4			ecurso principal	351	
	12.5	-		adesivo	353 354	
	12.6	•				
		12.6.1	Cabiment	10	358	
		12.6.2	Legitimid	ade para recorrer	360	
		12.6.3	Interesse	em recorrer	365	
		12.6.4	Tempestiv	vidade	368	
		12.6.5	Regularid	ade formal	371	
		12.6.6		cia de fato impeditivo ou extintivo do poder de re-	372	
		12.6.7			374	
			•	lidade do recurso adesivo quando já interposto o re-	J	
		12.0.0		ncipal	376	
BIBI	LIOGF	RAFIA			381	
ÍND	ICE C	NOMÁS	STICO		401	
ÍND	ICE A	LFABÉT	ICO-REM	ISSIVO	407	